

TSE: Fraude, na era da informática, nunca mais

BRASÍLIA — Os líderes dos partidos políticos podem dormir mais tranquilos. O pesadelo da fraude, que tanto incomoda às vésperas das eleições, está com seus dias contados: o TSE, em plena era da informática, preparou um sistema de computação que, em sete oportunidades, será capaz de permitir aos fiscais partidários acompanhar o processo de envio de dados ao computador central.

Os fiscais terão acesso livre às seguintes fases da apuração: 1 — na abertura das urnas nas Juntas Eleitorais; 2 — durante a remessa dos boletins de urna aos TREs; 3 — no ato de totalização dos boletins de urna por município pelas empresas de informática; 4 — na chegada dos disquetes aos TREs, que expedirão um “espelho” (cópia) dos boletins de urna para o Comitê Interpartidário de Fiscalização; 5 — no envio dos dados dos TREs ao TSE; 6 — na chegada dos dados ao TSE; e 7 — na transmissão desses dados do TSE, através de linha de comunicação de dados, para o Centro de Convenções de Brasília.

A maioria dos partidos políticos, há alguns meses, está trabalhando na elaboração de um sistema próprio de apuração paralela. O Partido da Reconstrução Nacional (PRN) promete, por exemplo, colocar nas ruas, do dia 15 de novembro em diante, mais de 600 mil fiscais. O PDT de Leonel Brizola pretende acompanhar a apuração dos votos com 400 mil fiscais, que estarão atuando diretamente nas mesas apuradoras.

As Juntas Eleitorais têm um prazo de três dias para fazer a apuração dos votos de sua região, pela Resolução 15.500, do próprio TSE. No Centro de Convenções, os fiscais partidários poderão circular livremente com crachás de identificação. Assim como nas seções eleitorais, quando devidamente autorizados pelo Juiz Eleitoral.

Até chegarem ao Centro de Convenções, onde o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgará ao público as informações sobre a eleição, os resultados dos boletins de urna deverão passar por um sistema de computação que consumiu seis meses de trabalho dos técnicos em informática do Tribunal.

Cada TRE terá um microcomputador ligado diretamente ao TSE, através de uma linha de comunicação de dados. Serão ao todo 26 microcomputadores que transmitirão ao TSE os resultados das totalizações dos boletins de urnas de cada município brasileiro. Os boletins de urna serão encaminhados aos TREs pelas Juntas Eleitorais.

O Serviço de Processamento de Dados Federal (Serpro) fará a totalização dos resultados por município na maioria dos Estados. Algumas empresas privadas prestarão esse serviço nos Estados de Santa Catarina e Goiás.

Cerca de oito mil pessoas estarão envolvidas diretamente no processo de informática da eleição presidencial. Porém, o número maior de participantes convocados pelo TSE para a eleição ficará concentrado nas 251 mil seções eleitorais — são os mesários. Ao todo, são 65 mil pessoas da própria Justiça Eleitoral que estarão trabalhando na eleição.